

UMA SISTEMÁTICA PARA ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, EM BANCOS COMERCIAIS*

Carlos Alberto Santos**

Resumo: Faz uma revisão conceitual da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Analisa o modelo instituído pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de adoção obrigatória pelos bancos comerciais, para elaboração dessa demonstração. Destaca sua importância e utilidade na análise da situação financeira dessas instituições. Apresenta um método prático para elaboração desse demonstrativo pelos bancos comerciais, à luz dos dispositivos da Lei das S.A. e das normas do BACEN. Desenvolve um exemplo de como elaborar essa demonstração, em moeda constante, de acordo com a Instrução CVM nº 64, de 19.05.87, da Comissão de Valores Mobiliários. Apresenta, também, no desenvolvimento desse exemplo, com o objetivo de possibilitar o perfeito entendimento daquele demonstrativo, a elaboração, em moeda constante, das demonstrações de resultado e das mutações do patrimônio líquido, bem como demonstra, numericamente, o verdadeiro significado do resultado da correção monetária de balanço. Finalmente, tece comentários sobre projeto, ainda em estudo, no BACEN, de um novo modelo, destinado às instituições financeiras, da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é apresentar uma metodologia para a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, destinada a bancos comerciais.

* Escrito em novembro de 1987.

** Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Ceará e Mestre em Administração de Empresas pela EAESP/FGV-São Paulo.

Inicialmente, procede-se a uma revisão conceitual dessa demonstração, com base na bibliografia consultada e à luz do que dispõem a Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) e o Plano Contábil dos Bancos Comerciais (COBAN), instituído pelo Banco Central do Brasil.

Na revisão ressalta-se a estrutura básica dessa demonstração e sua finalidade, tecendo comentários que visam a esclarecer o conteúdo dos itens que a compõem. Destaca-se também a sua importância e utilidade para o conhecimento e a análise da situação financeira de um banco ao longo do tempo.

Em seguida, apresenta-se um método prático para a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, destinado a bancos comerciais, com a observância dos dispositivos da Lei das S.A. e do COBAN.

Na descrição do método, são destacadas algumas dificuldades que podem surgir na elaboração daquele demonstrativo e indicados quais os procedimentos e pontos de controles que poderão ser adotados para superá-los.

O método consiste, portanto, na adoção desses procedimentos e pontos de controle, visando a minimizar aquelas dificuldades, bem como na feitura de quadros auxiliares à elaboração daquela demonstração.

Na elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, de acordo com a legislação e as normas do Banco Central, são levados em conta valores absolutamente históricos.

Tendo em vista que no Brasil a moeda corrente vem sofrendo, continuamente, variações significativas em seu poder aquisitivo, aquele demonstrativo, da forma como é elaborado, não atende a sua verdadeira finalidade que é suprir os seus usuários com informações que reflitam uma situação financeira mais próxima da realidade.

Daí por que apresenta-se, também, neste artigo, um exemplo de como elaborar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em moeda constante de maneira que sua finalidade de bem informar seja plenamente atendida.

A Instrução CVM nº 64, de 19.05.87, da Comissão de Valores Mobiliários, instituiu em caráter obrigatório para as companhias abertas uma sistemática para elaboração das demonstrações contábeis, inclusive da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em moeda de poder aquisitivo da data do último balanço patrimonial.

Não é objetivo deste trabalho fazer uma análise exaustiva das demonstrações contábeis em moeda constante, instituídas pela Instrução CVM nº 64. Mas, considerando que os bancos comerciais, por serem companhias abertas, estão também obrigados a elaborar e publicar esses demonstrativos, além dos exigidos pela legislação societária, não se poderia deixar de comentar aquela sistemática, mesmo porque entre aquelas demonstrações está a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

Para o perfeito entendimento da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em moeda constante, na forma da instrução da CVM, é necessário o conhecimento dos procedimentos recomendados para a elaboração dos demais demonstrativos.

Dessa forma, serão destacados o objetivo da Instrução CVM nº 64, os requisitos necessários à aplicação daquela sistemática e o padrão monetário adotado. Também serão feitos alguns comentários sobre as diferenças que poderão surgir entre as demonstrações elaboradas segundo aquela instrução e as exigidas pela legislação societária.

Para facilitar o entendimento da explanação sobre as demonstrações contábeis em moeda constante, será apresentado um exemplo, cuja formulação compreende a apresentação de um balanço patrimonial e uma demonstração de resultados elaborados de acordo com a legislação societária, os cálculos necessários para conversão em moeda constante e as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio e das origens e aplicações de recursos, em moeda de poder aquisitivo da data do balanço patrimonial.

O referido exemplo é também utilizado como base de comentários e na demonstração numérica do verdadeiro significado do resultado da correção monetária, calculado por diferença entre as correções do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, de acordo com o artigo 185, da Lei nº 6.404/76.

Os comentários finais, na última parte do artigo, destacam o aperfeiçoamento e o avanço que representam para a estrutura conceitual da Contabilidade, as demonstrações contábeis em moeda constante, instituídas pela CVM.

Finalmente, por se tratar também de medida que se enquadra nessa mesma linha de aperfeiçoamento, relacionada com o assunto desenvolvido neste trabalho, comenta-se o projeto, ainda em estudo, desenvolvido pelo Banco Central, com a participação do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e da CVM, de um novo modelo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

2. REVISÃO CONCEITUAL DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os bancos comerciais, como todas as sociedades anônimas, estão obrigados pelo artigo 176 da Lei 6.404/76, a elaborar ao final de cada exercício social e a publicar as seguintes demonstrações financeiras:

- a) balanço patrimonial;
- b) demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados*;
- c) demonstração do resultado do exercício;
- d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é, portanto, de elaboração e publicação obrigatória, exceto para a companhia fechada que, na data do balanço, apresente patrimônio líquido não superior ao valor nominal de 20 mil Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, conforme ressalva o parágrafo 6º do mencionado artigo.

* O parágrafo 2º do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, admite que essa demonstração poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada.

A Lei nº 6.404/76, em seu artigo 188, dispõe que:

“A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I — as origens dos recursos, agrupados em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado;

II — as aplicações de recursos, agrupadas em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo;

III — o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido;

IV — os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulante, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.”

Como pode ser depreendido do texto legal, o objetivo dessa demonstração é evidenciar as alterações na posição financeira da empresa, consideradas num sentido mais abrangente, compreendendo não só o fluxo das disponibilidades, mas, também, as mutações do ativo e passivo circulantes que impliquem modificação no Capital Circulante Líquido.

Denomina-se Capital Circulante Líquido a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Para os bancos comerciais, o Ativo Circulante é representado pelas disponibilidades, pelos direitos realizáveis no curso dos 12 meses seguintes ao balanço e pelas aplicações de recursos no pagamento antecipado de despesas de que decorra obrigação a ser cumprida por terceiros no curso dos 12 meses seguintes ao balanço. Por outro lado, o Passivo Circulante compreende as obrigações do banco, inclusive financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, vencíveis no curso dos 12 meses subsequentes ao balanço. Os direitos e obrigações vencíveis após o término dos 12 meses subsequentes do balanço são classificados no Longo Prazo.

Consultando, ainda, o texto legal transcrito, pode-se verificar que a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos objetiva possibilitar a análise do comportamento do Capital Circulante Líquido da empresa, no período reportado, evidenciado a dinâmica dos itens Não-Circulantes: alterações do patrimônio líquido, compreendendo o lucro do exercício e seus ajustes, bem como a distribuição de dividendos, integralização de capital pelos acionistas, recebimento de contribuições para formação de reservas de capital; alterações do ativo realizável a longo prazo e do exigível a longo prazo e modificações na posição do ativo permanente, compreendendo a aquisição e alienação de investimentos e bens do imobilizado, bem como as aplicações de recursos no ativo diferido, ou seja, em despesas que contribuirão para formação do resultado de mais de um exercício.

Essa demonstração deve ser elaborada em perfeita conformidade com o balanço patrimonial, com a demonstração de resultados das mutações do patrimônio líquido, para, integrando-se a esses demonstrativos contábeis, fornecer ao mercado informações valiosas para análise da situação financeira da empresa.

A legislação comercial, ao definir a forma da Demonstração das Origens e Aplicações, foi de uma lógica contábil irretocável, pois sendo o Balanço uma equação onde a soma dos ativos circulantes e não-circulantes é igual à soma dos passivos circulantes e não-circulantes, a variação líquida dos itens não-circulantes (ativos e passivos) deve corresponder à variação líquida verificada nos itens circulantes (ativos e passivos).

Na forma legalmente prescrita para essa demonstração, verifica-se, com clareza, a intenção do legislador em agrupar, tanto as origens quanto as aplicações, por tipos de eventos que alteram o Capital Circulante Líquido.

O Banco Central do Brasil ao especificar, no Plano Contábil dos Bancos Comerciais (COBAN), o modelo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, o fez na forma do ANEXO 6.1.

Examinando o modelo do (ANEXO 6.1), verifica-se que o Banco Central do Brasil delineou a forma daquele demonstrativo, embasado no preceito legal e observando a estrutura conceitual determinada pela Contabilidade.

2.2. ANÁLISE DO MODELO DEFINIDO PELO COBAN

Analizando o modelo (ANEXO 6.1) do COBAN, observa-se que as Origens dos Recursos estão agrupadas por cinco tipos de eventos:

2.2.1. Lucro Líquido do Exercício

Corresponde aos recursos gerados pelas operações do próprio banco, representados pelo Lucro Líquido do Exercício ajustado pelos valores dos seguintes itens:

- a) depreciações e amortizações;
- b) provisão para perdas em investimentos;
- c) provisão para créditos de liquidação duvidosa (parcela classificada no Realizável a Longo Prazo);
- d) resultado de correção monetária;
- e) resultado da avaliação de investimentos pelo método da Equivalência Patrimonial.

Consultando o artigo 188, da Lei nº 6.404/76, verifica-se que não constam, naquele dispositivo, os itens “b” a “e” citados. Entende-se que o legislador, sabiamente, não pretendeu apresentar na lei todos os ajustes

possíveis do lucro líquido. Mas, deixou transparente que as receitas e despesas computadas no lucro líquido que não afetaram o Capital Circulante Líquido, devem ser somadas, algebricamente, ao resultado do período, para que esse valor, dessa forma ajustado, reflita o lucro que, de fato, representa o ingresso de recursos decorrentes das operações do banco ocorrido durante o exercício. Como se sabe a contabilização dos itens "a" a "e" envolve apenas contas de resultados, tendo como contrapartida contas do Permanente, Patrimônio Líquido ou do Realizável a Longo Prazo. Na realidade, os itens "a" a "c" são provisões retificadoras de ativos não-circulantes. Da mesma forma que essas provisões são somadas ao lucro líquido, por não afetarem o Capital Circulante Líquido, a reversão dessas provisões deve ser diminuída do lucro líquido, pelo mesmo motivo.

O modelo do Banco Central do Brasil também não pretende ser exaustivo quanto aos ajustes do lucro líquido. Haja vista que ali não estão previstas as variações monetárias e cambiais decorrentes das operações ativas e passivas de longo prazo e que, no entanto, devem, sempre que forem incorridas, se constituir ajustes, porque sua contabilização envolve, apenas, contas de resultado tendo como contrapartida contas do Realizável a Longo Prazo ou do Exigível a Longo Prazo.

2.2.2. Variação nos Resultados de Exercícios Futuros

De acordo com o entendimento de vários especialistas na Lei 6.404/76 e conforme o Plano Contábil dos Bancos Comerciais - COBAN, deverão estar contidas no grupo Resultados de Exercícios Futuros somente as receitas recebidas antecipadamente, diminuídas dos custos e despesas necessários à sua obtenção, que não serão, em hipótese alguma, devolvidas e que sejam referentes a períodos seguintes*.

Dessa forma, para os bancos comerciais, o valor a ser considerado deverá ser o correspondente à variação registrada na rubrica Rendas Antecipadas. Entende-se ainda que, não só para atender ao que dispõe a lei, mas também do ponto de vista conceitual, seria melhor apresentar a variação nos resultados de exercícios futuros como ajuste ao lucro líquido, pelo seguinte motivo: se houver acréscimo no período, significa que houve

* Entendem vários autores que esse grupo, na análise de balanços, de forma alguma deverá ser considerado como exigibilidade, mas no patrimônio líquido para efeito de quocientes de estrutura de capital.

aumento no Capital Circulante Líquido decorrente de recursos (rendas) gerados pelas operações do banco, recebidos antecipadamente e que serão contabilizados como rendas somente em período futuro, em obediência ao princípio da competência de exercícios; por outro lado, se houver redução no período, decorrente da apropriação como renda, significa que essa variação foi agregada ao resultado do período, sem que tenha havido alteração no Capital Circulante Líquido, devendo, portanto, ser diminuída do lucro líquido.

2.2.3. Recursos de Acionistas

Corresponde aos recursos provenientes de acionistas, sob a forma de integralização de capital ou de contribuições em dinheiro (inclusive ágio), para formação de reservas de capital. Muito embora a integralização de capital nem sempre afete o Capital Circulante Líquido, deverá sempre figurar na demonstração das origens e aplicações de recursos em benefício de uma maior transparência. Nos casos em que a integralização não afetar o Capital Circulante Líquido, será representada como origem e aplicação simultaneamente, como, por exemplo:

- a) integralização de capital com bens do ativo permanente, figurando na origem (aumento de capital) e na aplicação (inversão em bens do ativo permanente);
- b) conversão de empréstimos de longo prazo em capital, será representada como origem pelo aumento de capital e, paralelamente, como uma aplicação pela redução do exigível a longo prazo;

2.2.4. Doações e Subvenções para Investimentos

Compreende o montante de recursos provenientes de outras fontes, sob a forma de doações e subvenções para investimentos, destinados à formação de reservas de capital. Inclui-se nesse grupo a opção por investimento com incentivos fiscais*. Determina o Plano Contábil dos Bancos

* Os incentivos fiscais foram criados por diferentes normas legais. A modalidade mais comum é a opção pelos fundos fiscais (FINOR, FINAM e Fiset) e por ações da EMBRAER. Consistem na destinação de parcela do imposto de renda pago, calculada de acordo com os percentuais estabelecidos para cada benefício fiscal, para aplicação, à opção do contribuinte, nos fundos de investimento ou em ações de empresa previstos na legislação pertinente.

Comerciais - COBAN que, no pagamento das parcelas do imposto de renda, havendo opção por incentivos fiscais na declaração de rendimentos do banco, o valor do incentivo deverá ser creditado à rubrica Outras Reservas de Capital (Patrimônio Líquido), por débito à conta Opções por Incentivos Fiscais que é classificada, exclusivamente, no Ativo Circulante, de acordo com o COBAN.

Quanto às doações para formação de reservas de capital, mesmo aquelas que não afetam o Capital Circulante Líquido, como, por exemplo, doação de terreno, deverão constar nesse grupo, sendo que no caso exemplificado figurará simultaneamente como origem (doação) e como aplicação (inversão em bens do imobilizado).

2.2.5. Recursos Originários de Terceiros

2.2.5.1. Aumento do Exigível a Longo Prazo

A rigor, o valor desse item deveria corresponder ao montante dos novos empréstimos recebido no exercício e que geraram aumento no ativo circulante. O pagamento ou redução por transferência para curto prazo *, dos empréstimos a longo prazo deveria ser apresentado como aplicação. Mas, na prática, pelo que se tem observado das demonstrações publicadas, o procedimento adotado pelos bancos é representar esse item pela variação líquida (diferença entre os novos empréstimos recebidos e os pagamentos ou reduções por transferência para o circulante) do exigível a longo prazo. Ao se estabelecer o aumento líquido deverá ser diminuído o valor dos juros e das variações cambiais e monetárias apropriadas como despesas do período, de acordo com o princípio da competência de exercício, mas que sejam de exigibilidade futura (longo prazo) **. O valor desses juros e variações deverá constar como ajuste (adição) ao Lucro Líquido do Exercício, por não afetar o capital circulante no exercício. Dessa forma,

* Os valores classificados no Longo Prazo, quando em decorrência da fluência do prazo de sua exigibilidade ou realização se tornarem enquadráveis no Circulante, deverão ser transferidos para este grupo de contas.

** Entende-se que, para os bancos comerciais, devem ser consideradas despesas de exigibilidade futura, para fins da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, aquelas que, já tendo sido incorridas, somente serão exigíveis, de acordo com cláusulas contratuais, após o término dos 12 meses subsequentes ao balanço, à semelhança das demais obrigações registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo. Como essas despesas serão pagas a longo prazo, sua contabilização tem como contrapartida o Exigível a Longo Prazo, não afetando, portanto, o Capital Circulante Líquido.

o que deixa de ser computado como variação do Longo Prazo é compensado ao se proceder ao ajuste do lucro líquido.

2.2.5.2. Redução do Realizável a Longo Prazo

O valor desse item deveria corresponder ao montante recebido, no exercício, referente ao resgate de empréstimos concedidos e à venda de direitos, valores e bens realizáveis a longo prazo, mais o valor das transferências para o curto prazo. A concessão de novos empréstimos deveria ser apresentada como aplicação. Mas, na prática, pelo que se tem observado das demonstrações publicadas, o procedimento adotado pelos bancos é representar esse item pela redução líquida (diferença resultante de resgate, mais vendas, mais transferência para o circulante e menos novos empréstimos) do Realizável a Longo Prazo. Ao se estabelecer a redução líquida, o valor da redução deverá ser acrescido do montante correspondente aos juros e variações cambiais e monetárias apropriados como rendas, de acordo com o princípio da competência de exercício, mas que sejam de realização futura (longo prazo)* e diminuído do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa (apenas a parcela classificada no Realizável a Longo Prazo)** constituída no período. Esses juros e variações, bem como essa provisão, deverão constar como ajustes ao Lucro Líquido do Exercício — os juros e variações como subtração e a provisão como adição ao resultado do exercício —, por não afetarem o Capital Circulante Líquido.

2.2.5.3. Alienação de Bens do Imobilizado e de Investimentos

Uma das formas de apresentação desse item é fazê-lo constar na demonstração pelo seu exato valor de venda, o qual representa de fato

* Entende-se que, para os bancos comerciais, devem ser consideradas rendas de realização futura, para fins da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, aquelas que, já tendo sido auferidas, somente serão recebidas de acordo com cláusulas contratuais, após o término dos 12 meses subsequentes ao balanço, à semelhança dos demais direitos decorrentes das operações usuais do banco registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo. Como essas rendas serão recebidas a longo prazo, sua contabilização tem como contrapartida o Realizável a Longo Prazo, não afetando portanto o Capital Circulante Líquido.

** De acordo com o COBAN, a rubrica Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é retificadora tanto do Ativo Circulante quanto do Ativo Realizável a Longo Prazo. Ao se constituir uma provisão dessa natureza a conta de despesa terá como contrapartida a rubrica retificadora do Ativo Circulante no caso de se referir a créditos registrados nesse grupo e terá como contrapartida a rubrica retificadora do Ativo Realizável a Longo Prazo caso se refira a créditos registrados nesse grupo. Somente será objeto de ajuste (adição) ao Lucro Líquido do Exercício, o valor da despesa que se enquadrar na última alternativa, por não afetar o Capital Circulante Líquido.

a alteração do Capital Circulante Líquido, sob a forma de ingresso de recursos. Nesse caso, faz-se necessário um ajuste (subtração) ao Lucro Líquido do Exercício pelo valor do lucro obtido na venda. Referido ajuste, além de ser necessário para evitar que o lucro obtido na alienação conste em duplicidade (no valor da venda e no resultado do exercício), destaca do Lucro Líquido o valor do lucro não-operacional decorrente da venda de bens do Permanente. Essa forma tem a vantagem de segregar do resultado do exercício a parcela de natureza esporádica e não-operacional, o que a torna recomendável sobretudo quando transações envolverem lucros significativos. No entanto, pelo que se tem visto nas demonstrações publicadas, os bancos apresentam esse item pelo valor residual do bem alienado. Nessa forma, o lucro obtido na venda não é deduzido do Lucro Líquido do Exercício, pelo fato de não estar incluído no valor residual. O exemplo seguinte esclarece o que é esse valor residual:

. Valor do bem (uma máquina) registrado no Imobilizado	Cz\$ 10.000
. Valor da depreciação acumulada desse bem	Cz\$ (9.000)
. Valor residual (ou valor líquido contábil do bem)...	Cz\$ 1.000

Supondo que esse bem tenha sido vendido à vista por Cz\$ 1.500, portanto com lucro de Cz\$ 500, a contabilização da venda assumiria a seguinte forma:

. pela baixa da provisão:

D — Depreciação Acumulada	Cz\$ 9.000
C — Equipamentos de Uso	Cz\$ 9.000

. pelo valor recebido:

D — Caixa	Cz\$ 1.500
C — Equipamentos de Uso	Cz\$ 1.000
C — Lucros na Alienação de Valores e Bens	Cz\$ 500

Na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos o item Alienação de Bens do Imobilizado figuraria pelo valor residual de Cz\$ 1.000 e não seria feito ajuste ao Lucro Líquido do Exercício. O lucro obtido na venda, computado no resultado do exercício, e o valor residual representariam o ingresso efetivo dos recursos que alteraram o Capital Circulante

Líquido. A desvantagem dessa forma consiste no não desmembramento do Lucro Líquido do Exercício em resultados operacionais e não-operacionais. Talvez os bancos adotem essa forma porque no modelo apresentado pelo COBAN não está previsto o desmembramento ou, ainda, porque não tenha sido significativo o valor do lucro obtido em transações de natureza esporádica e não-operacional. No caso de venda de bens do Ativo Permanente, cujo pagamento se dará a longo prazo, apesar de não afetar o Capital Circulante Líquido, deverá constar, em benefício de uma maior transparência simultaneamente, no item Alienação de Bens do Imobilizado ou de Investimentos, das Origens e no item Aumento do Realizável a Longo Prazo, das Aplicações.

2.2.5.4. Dividendos de Investimentos Relevantes em Coligadas e Controladas

Nesse item deve figurar o recebimento, como dividendos, dos lucros das empresas coligadas ou controladas, reconhecidos e contabilizados pela investidora, em sua geração, de acordo com o Método da Equivalência Patrimonial. Como se sabe, a contabilização do recebimento dos dividendos envolve um débito à conta Caixa e um crédito à rubrica Investimentos, afetando portanto o Capital Circulante Líquido*.

2.3. APLICAÇÕES DOS RECURSOS

De acordo com o modelo (ANEXO 6.1) do COBAN, verifica-se que as aplicações de recursos estão agrupadas por seis tipos de eventos:

2.3.1. Prejuízo do Exercício

Quando o Banco apresentar prejuízo no exercício, significa que suas transações consumiram capital circulante líquido, o que representa uma aplicação e, como tal, deve figurar na Demonstração, no grupo de Aplicações. No entanto, se o prejuízo, em decorrência dos ajustes ao lucro

* De acordo com o Método da Equivalência Patrimonial, a investidora, em função do acréscimo patrimonial ocorrido nas coligadas ou controladas e de sua participação acionária nas empresas, reconhece um ganho, contabilizando-o a débito de Investimentos e a crédito de receita. Do ponto de vista contábil, o recebimento em dinheiro dessa receita, sob a forma de dividendos, representa uma realização de investimentos pela investidora, ou seja, uma troca de investimentos por dinheiro.

líquido citados no modelo (ANEXO 6.1) do COBAN e descritos nas alíneas “a” a “e” do item 2.1.1, passar a representar recursos gerados pelas operações, deverá figurar, juntamente com os ajustes, no agrupamento das origens. O inverso poderá também ocorrer, isto é, a empresa apresentou Lucro, mas em decorrência dos ajustes configurou-se uma aplicação de recursos, devendo, nesse caso, o lucro e os ajustes figurarem no agrupamento de Aplicações.

2.3.2. Dividendos e Bonificações Propostas

São calculados com base no resultado do exercício, mas apropriados diretamente da conta de lucros acumulados (passivo não-circulante). Como serão pagos no decorrer do exercício seguinte ao que se encerra, não representaram uma saída de recursos, mas afetaram o capital circulante.

2.3.3. Inversão em Bens do Imobilizado e Investimentos

Essas aplicações devem figurar na Demonstração pelos valores dos recursos reais aplicados, ou seja, sem englobar as correções monetárias. É bastante lógica a não inclusão da correção monetária desses bens como aplicação, uma vez que tal correção não representa desembolso, consistindo apenas registro da atualização desses itens pelos efeitos da inflação. Vale lembrar que as correções das contas do Ativo Permanente não figuram como Aplicação, da mesma forma que as correções das contas do Patrimônio Líquido não figuram como Origem. O resultado líquido dessas correções são apresentados na Demonstração como ajuste ao Lucro Líquido do Exercício (alínea “d” do item 2.1.1).

Quando a aquisição de bens do imobilizado ou de investimentos não afetar o capital circulante como no caso de compra para pagamentos a longo prazo, mesmo assim, para uma maior transparência, deverá figurar na Demonstração como aplicação, no item Inversões, e como origem pelo acréscimo correspondente, no Exigível a Longo Prazo.

2.3.4. Aplicações no Diferido

São registradas as despesas que contribuirão para formar o resultado de mais de um exercício social, tais como os gastos de constituição, instalação, expansão do banco ou adaptação de suas dependências, benfeitorias

em imóveis de terceiros e juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período anterior ao início das operações sociais. Essas aplicações, igualmente às inversões em bens do imobilizado e investimentos, devem figurar na Demonstração pelos valores efetivamente despendidos, ou seja, sem englobar as correções monetárias.

2.3.5. Aumento do Realizável a Longo Prazo

O Valor desse item deve corresponder ao montante dos empréstimos concedidos no exercício e da aquisição de direitos, valores e bens realizáveis a longo prazo. As rendas (juros, variações monetárias e cambiais) contabilizadas em regime de competência, mas com longo prazo para serem realizadas e que foram apropriadas às contas de empréstimos, não devem ser computadas como aumento, mas sim figurar como ajuste do lucro líquido por se tratar de rendas reconhecidas no período que não afetaram o Circulante. Por outro lado, o valor das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo, deverá figurar como ajuste ao Lucro Líquido e, conseqüentemente, deverá ser adicionado ao valor do aumento apurado nesse grupo de contas.

2.3.6. Redução do Exigível a Longo Prazo

O valor desse item deve corresponder ao montante dos pagamentos de obrigações efetuadas no exercício e da transferência de obrigações para o Passivo Circulante.

Após relacionar os itens de APLICAÇÕES DE RECURSOS, o modelo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (Anexo 6.1) apresenta os seguintes itens:

2.4. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Esses ajustes são representados pelo valor líquido de despesas e rendas não reconhecidas no período competente (anterior ao exercício objeto da demonstração), por erro ou mudança de prática contábil registrada no exercício presente na conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, não afetando o lucro líquido do ano. Didaticamente, recomenda-se ajustar a posição financeira (Ativo Circulante ou Passivo Circulante) do final

do exercício anterior pelo valor líquido desses ajustes*. Assim, as origens e aplicações de recursos do ano já ficariam expurgadas desse efeito. Mas, a forma adotada pelo COBAN dando destaque a esse item, proporciona mais transparência à demonstração. No entanto à semelhança do tratamento recomendado pelo artigo 188 da Lei nº 6.404/87, para a variação dos Resultados de Exercícios Futuros e, também, por esses ajustes se referirem a despesas e receitas originadas pelas operações do Banco, deveriam figurar como ajuste ao lucro líquido. Dessa forma, o item Ajustes de Exercícios Anteriores deve figurar destacadamente, na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, principalmente, se o seu valor for relevante, por terem afetado o capital circulante do ano em que foram reconhecidos.

2.5. AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

Esse item representa a variação do capital circulante e é obtido pela soma algébrica dos totais de Origens e Aplicações de Recursos e do valor dos Ajustes de Exercícios Anteriores.

2.6. MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA

Consiste na apuração da variação do capital circulante líquido obtida, diretamente, da comparação entre Ativo e Passivo Circulantes, nas posições de início e final de exercício. O valor da variação líquida, obtida dessa forma, deverá, necessariamente, ser igual ao da variação líquida encontrada através das modificações verificadas nos itens dos Ativos e Passivos Não Circulantes, conforme foi ressaltado no início deste trabalho.

2.7. IMPORTÂNCIA DO DEMONSTRATIVO

Para encerrar esta parte em que se faz uma revisão conceitual da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, destaca-se a importância

* Se esses ajustes se referirem a despesas pagas e/ou rendas recebidas no exercício, bem como se tiveram como contrapartida Contas do Ativo e/ou Passivos Circulantes, sem dúvida, afetaram o capital circulante do ano. No entanto, se tiveram como contrapartida Contas do Realizável e /ou Exigível a Longo Prazo não devem figurar na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, por não terem afetado o capital circulante do ano.

desse Demonstrativo. Como pode ser verificado da descrição feita, esse demonstrativo, pela natureza das informações que apresenta e que não são evidenciadas nas demais demonstrações financeiras, é de grande importância para o conhecimento e a análise da situação financeira de um banco e de sua evolução no tempo, sendo, portanto, de muita utilidade para os usuários das informações contábeis divulgadas pelos bancos, ao revelar os seguintes aspectos, dentre outros:

- a) a diminuição do capital circulante líquido, verificada de semestre a semestre e, ainda mais, se esse saldo negativo for crescente, é um sinal de que o banco está-se afundando na insolvência;
- b) quando há decréscimo no capital circulante líquido e o banco propõe o pagamento de dividendos, é sinal de que os acionistas estão sendo enganados, uma vez que o estabelecimento não gerou recursos para atender a essa liberalidade. Mesmo quando houver acréscimo no capital circulante líquido, o montante dos dividendos propostos deverá ser compatível com a posição financeira do banco;
- c) comportamento do capital circulante líquido, isto é, se é como o banco está mantendo, reduzindo ou aumentando o seu capital circulante líquido;
- d) grau de adequação das fontes de recursos para aplicações em realizáveis de longo prazo ou em inversões permanentes. Essas aplicações devem ser feitas com recursos exigíveis a longo prazo ou gerados pelas operações do banco (lucro operacional). A apresentação de uma variação negativa do capital circulante líquido pode ser consequência da utilização de recursos exigíveis a curto prazo para aplicações em realizáveis a longo prazo ou em inversões permanentes, o que poderá acarretar falta de liquidez para o banco;
- e) segregação das parcelas componentes do lucro do exercício que não afetaram o capital circulante líquido.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, tendo por finalidade demonstrar os recursos gerados pela atividade econômica da instituição financeira e as principais movimentações patrimoniais, destacando as mais relevantes aplicações de capital e as suas fontes de financiamentos, pode também ser utilizada como um eficiente instrumento orça-

mentário no desenvolvimento de projetos, permitindo a comparação dos valores realizados com os orçados.

Assim, essa demonstração revela-se de grande utilidade, não só para fins internos da administração e de seus acionistas, como também para agentes financiadores do banco e para os órgãos governamentais que controlam o sistema financeiro nacional.

3. MÉTODO PRÁTICO DE ELABORAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, EM BANCOS COMERCIAIS.

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como poder ser observado do que foi exposto, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, apesar de muito rica em informações úteis e de uma conceituação altamente inteligente, é de fácil entendimento.

No entanto, a sua elaboração pode apresentar dificuldades, se o sistema contábil do banco não estiver adequadamente organizado para fornecer, de forma direta, as informações requeridas ou se os controles extracontábeis, que se fizerem necessários, não estiverem em conformidade com os dados da contabilidade.

Uma das maiores dificuldades que podem surgir está relacionada com a obtenção da movimentação das contas do Permanente.

A priori, não haveria necessidade de o sistema contábil informar, de forma direta, o valor das adições, depreciações, baixas e correção monetária dos itens do Permanente. Isso porque o Banco, para o atendimento de exigências fiscais, já é obrigado a manter, através do Razão Auxiliar em OTN (RAZOT), um controle extracontábil da movimentação do Permanente e do Patrimônio Líquido. Desse controle, pode-se obter os valores não só das adições, depreciações, baixas e correção monetária do Permanente, mas também das alterações verificadas no Patrimônio Líquido.

Como se sabe, a escrituração do RAZOT deve ser mantida em absoluta conformidade com a contabilidade e refletir fielmente os fatos contábeis que alteraram as contas do Permanente e do Patrimônio.

Em geral, os bancos, principalmente, aqueles com grande quantidade de dependências, possuem elevado número de itens do Permanente, cuja movimentação, item por item, é controlada através do RAZOT. Se o cotejamento dos saldos do RAZOT, com os da contabilidade, não for feito freqüentemente, ou, ainda pior, se for feito somente por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, poderão surgir diferenças no controle do Permanente que dificilmente serão solucionadas em tempo hábil, tendo em vista os prazos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil para entrega das demonstrações financeiras. As diferenças relacionadas com as contas do Patrimônio Líquido, se existirem, serão de fácil solução, considerando-se a pequena quantidade de itens, bem como sua baixa movimentação, em relação ao Permanente.

Mesmo que o cotejamento de saldos do RAZOT, com os da contabilidade, seja feito mais amiúde e não apresente divergências, as informações extraídas do RAZOT poderão não guardar conformidade com os fatos contábeis, se, no RAZOT, houver erros de escrituração que se compensem, entre adições, depreciações, baixas e correção monetária.

3.2. DESCRIÇÃO DO MODELO

Uma forma de minimizar essas dificuldades é, ao se organizar o plano de contas para uso interno do Banco, criar quatro desdobramentos para cada um dos subtítulos instituídos pelo Banco Central do Brasil para todas as contas do Permanente. Através desses desdobramentos, não só as informações acerca da movimentação do Permanente poderiam ser obtidas diretamente da contabilidade, como também poderia ser exercido um controle mais eficiente entre o RAZOT e a contabilidade.

Os desdobramentos são os seguintes: Saldo Inicial, Adições, Correção Monetária e Baixas. Exemplificando, apresenta-se, a seguir, como ficariam os subtítulos "Edificações", da conta "Imóveis de Uso" e "Imóveis de Uso-Edificações" da conta "Depreciação Acumulada", bem como se descreve o funcionamento de cada desdobramento.

3.2.1. Imóveis de Uso

Edificações

Adições

Correção Monetária

(Baixas)

Saldo Inicial

Esses desdobramentos têm a seguinte função:

a) Adições:

Registrar, exclusivamente, os fatos contábeis referentes a:

- i) novas aquisições feitas pelo Banco;
- ii) gastos com benfeitorias realizadas, desde que aumentem o prazo de vida útil econômica do bem;
- iii) transferências feitas para e/ou de qualquer outra rubrica do Ativo Permanente;
- iv) transferências feitas de outras contas não-integrantes do Ativo Permanente.

b) Correção Monetária:

Registrar a correção monetária dos valores constantes no subtítulo “Edificações”, da conta “Imóveis de Uso”.

c) (Baixas):

Registrar, especificamente, os fatos contábeis referentes a:

- i) baixas por alienação, obsolescência ou qualquer outro motivo;
- ii) transferências feitas para outras contas não-integrantes do Ativo Permanente.

d) Saldo Inicial:

No primeiro dia útil dos meses de janeiro e julho o saldo existente nos desdobramentos “Adições”, “Correção Monetária” e “(Baixas)”, posição de 31 de dezembro e 30 de junho, respectivamente, deve ser transferido para o desdobramento “Saldo Inicial”, o qual tem por finalidade abrigar valores dessa origem.

3.2.2. Depreciação Acumulada

Imóveis de Uso-Edificações

Adições

Correção Monetária

(Baixas)

Saldo Inicial

Esses desdobramentos têm a função de:

a) Adições:

Abrigar os fatos contábeis referentes a provisão constituída para fazer face á depreciação do bem.

b) Correção Monetária:

Registrar a correção monetária dos valores das provisões constituídas para fazer face à depreciação, registradas no subtítulo “Imóveis de Uso-Edificações”, da conta “Depreciação Acumulada”.

c) (Baixas):

Registrar os fatos contábeis referentes à provisão utilizada para compensar a baixa dos bens.

d) Saldo Inicial:

Esse desdobramento, bem como o de igual nome das demais contas do Ativo Permanente, têm o mesmo funcionamento do desdobramento “Saldo Inicial”, da conta “Imóveis de Uso”, descrito anteriormente.

Os estornos decorrentes de lançamentos total ou parcialmente indevidos, devem ser registrados nos respectivos desdobramentos “Adições”, “Correção Monetária”, “(Baixas)” e “Saldo Inicial”, conforme o caso, onde se tenha originado o fato contábil.

Como se observa nos dois exemplos apresentados, desdobrando-se, dessa forma, todos os subtítulos das rubricas do Ativo Permanente, pode-se obter diretamente da contabilidade as informações sobre a movimentação desse grupo de contas, necessárias para a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

3.2.3. Pontos de Controle e Procedimentos Adicionais

Mas, mesmo com a criação dos desdobramentos, é importante que seja realizado, pelo menos ao final de cada mês, o cotejamento entre os saldos desses desdobramentos fornecidos pela contabilidade e as respectivas informações extraídas do RAZOT. Quaisquer divergências detectadas deverão ser prontamente regularizadas.

Outro ponto importante de controle é que o somatório dos saldos dos desdobramentos denominados “Adições”, da conta “Depreciação Acumulada”, deverá ser sempre igual ao saldo da conta de resultado “Despesas de Depreciação”, a não ser que haja algum erro de contabilização. Igualmente verdadeiro, é que o somatório dos desdobramentos “Adições”, das contas “Provisão para Perdas em Investimentos” e “Amortização Acumulada” deverá ser igual, respectivamente, ao saldo das contas de resultado “Perdas em Investimentos” e “Despesas de Amortização”.

Por outro lado, para a conta de resultado “Resultado de Correção Monetária”, poderiam ser criados os seguintes subtítulos de uso exclusivamente interno:

- a) Correção Monetária do Patrimônio Líquido;
- b) Correção Monetária das Depreciações Acumuladas;
- c) Correção Monetária das Provisões para Perdas em Investimentos;
- d) Correção Monetária das Amortizações Acumuladas;
- e) Correção Monetária dos Investimentos;
- f) Correção Monetária do Imobilizado;
- g) Correção Monetária do Diferido;
- h) Correção Monetária dos Prejuízos Acumulados.

O primeiro e o último dos desdobramentos representam o resultado da correção monetária do Patrimônio Líquido. Os demais representam o resultado da correção monetária do Ativo Permanente. Os saldos dos quatro primeiros desdobramentos são de natureza devedora, enquanto que os dos demais são de natureza credora.

A rigor, a criação dos desdobramentos, para a conta de resultado "Resultado de Correção Monetária", dispensaria a criação do desdobramento "Correção Monetária" para todas as contas do Ativo Permanente. Nesse caso, nos desdobramentos "Adições" do Permanente, passaria a ser registrada, também, a correção monetária dos respectivos valores e no momento em que fosse necessário obter-se o custo (valor histórico) das adições do Ativo Permanente, bastaria somar os saldos dos desdobramentos "Adições" e subtrair, em seguida, os saldos dos respectivos desdobramentos da conta de resultado "Resultado de correção Monetária".

No entanto, objetivando um maior controle, é recomendável a manutenção de todos os desdobramentos, na forma aqui comentada, o que proporcionaria um cotejamento de saldos mais detalhado e, conseqüentemente, um acompanhamento mais eficaz da movimentação dos itens que compõem o Ativo Permanente.

Outra grande dificuldade que se apresenta para elaborar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em bancos, é a obtenção das informações sobre as variações do Realizável a Longo Prazo e do Exigível a Longo Prazo (aumento e/ou redução) na forma conceitualmente correta, descrita na revisão conceitual feita no início deste trabalho. Essa dificuldade está relacionada com a dinâmica e volumosa movimentação das operações ativas e passivas dos bancos, de um modo geral.

Para se obter as variações dos Realizável e Exigível a Longo Prazo, na forma conceitualmente correta, poderiam ser criados desdobramentos, para os subtítulos das contas desses grupos, à semelhança dos que foram sugeridos para a obtenção, de forma direta da contabilidade, dos dados relativos à movimentação do Ativo Permanente.

Mas, considerando a grande quantidade de subtítulos que possuem as também numerosas contas dos Realizável e Exigível a Longo Prazo, bem como levando em conta o volume e a velocidade de movimentação das operações de um banco, só é viável a criação e manutenção desses desdobramentos se a instituição financeira dispuser, com abundância, de sistemas computadorizados e de elevado grau de automação.

Por esse motivo, considera-se aceitável o procedimento observado em várias das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos publicados por diversos bancos, em que se obtém a variação dos Realizável e Exigível a Longo Prazo por diferença entre os saldos do final do período

anterior e os do final do período atual. Para obtenção dessa diferença, deverão ser mantidos controles extracontábeis das rendas e/ou despesas (juros, variações monetárias e cambiais) contabilizados em regime de competência, mas que têm longo prazo de realização e/ou exigibilidade e que tiveram como contrapartida as respectivas contas de financiamentos ativos e passivos. Essas rendas e/ou despesas não devem ser computadas na determinação da referida diferença, uma vez que as mesmas deverão figurar na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos como ajustes ao lucro líquido do exercício.

3.2.4. Formulação de um Exemplo Prático do Modelo

Desenvolvidos esses comentários sobre as dificuldades e sugestões apresentadas para obtenção das informações relativas à movimentação do Permanente e dos Realizável e Exigível a Longo Prazo, informações essas necessárias à elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, apresenta-se, a seguir, um exemplo de como elaborar esse demonstrativo.

No exemplo, parte-se do pressuposto de que a movimentação do Permanente foi extraída da contabilidade, através da criação e manutenção dos quatro desdobramentos sugeridos para esse grupo de contas ("Adições", "Correção Monetária", "(Baixas)" e "Saldo Inicial"). Para as baixas do Permanente foram considerados os valores residuais, calculados na forma exemplificada na parte de revisão conceitual deste trabalho (Alienação de Bens do Imobilizado e de Investimentos). Além disso, para obter a variação dos Realizável e Exigível a Longo Prazo foi considerada a diferença entre os saldos do final do período anterior e os do final do período atual, supondo, também, que não houve apropriação de rendas e/ou despesas de longo prazo.

Como se observa no exemplo, o restante das informações necessárias à elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos podem, também, ser facilmente obtidas das demais demonstrações financeiras.

Para facilitar a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, deverão antes ser preparados três quadros auxiliares, como os constantes dos ANEXOS 6.2, 6.3 e 6.4.

O Quadro Auxiliar nº 1 (ANEXO 6.2) é auto-explicativo e foi extraído diretamente dos balanços patrimoniais. A parte superior do quadro apresenta a variação do capital circulante líquido (no caso, aumento), obtida com a comparação entre os Ativo e Passivo Circulante das respectivas datas e corresponde, exatamente, às Modificações na Posição Financeira que deve figurar no final da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. A parte inferior do quadro apresenta a variação do capital circulante líquido (no caso, aumento), obtida através da comparação entre os Ativos e Passivos Não-circulantes das respectivas datas e consiste numa aproximação grosseira, que precisa ser refinada, das origens e aplicações de recursos do período.

O Quadro Auxiliar nº 2 (ANEXO 6.3) é um resumo da movimentação do Permanente, obtido diretamente da contabilidade. É, também, auto-explicativo. A coluna "Saldo em 31.12.84" corresponde ao somatório dos desdobramentos "Saldo Inicial", das respectivas rubricas. A coluna "Saldo em 30.06.85" é o resultado da soma algébrica do "Saldo em 31.12.84" com a movimentação (Adições, Correção Monetária, Baixas) das respectivas rubricas. Os valores constantes das colunas "Saldos em 31.12.84" e "Saldo em 30.06.85" deverão ser iguais aos das respectivas rubricas constantes dos balanços patrimoniais das datas correspondentes.

O Quadro Auxiliar nº 3 (ANEXO 6.4) é uma Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Pode ser elaborado diretamente da contabilidade ou do RAZOT e deve guardar absoluta conformidade com os balanços patrimoniais.

Dessa forma, o exemplo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (ANEXO 6.5) pôde ser elaborado, diretamente, pela simples extração de informações dos três quadros auxiliares.

4. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS, EM MOEDA CONSTANTE

No Brasil, um dos pilares da estrutura conceitual da Contabilidade — o princípio do Denominador Comum Monetário — não vem sendo plenamente atendido, devido às elevadas taxas de inflação, com as quais tem convivido o povo brasileiro.

A Contabilidade é uma disciplina de natureza essencialmente financeira, no sentido de que, ao registrar e evidenciar a composição patrimonial

de bens, direitos e obrigações de naturezas tão diferenciadas entre si, o faz homogeneizando-os através de um denominador comum monetário, ou seja, realiza a avaliação monetária desses ativos e passivos na moeda corrente do País.

Dessa forma, a moeda corrente como padrão uniforme de mensuração não deveria sofrer variações em sua essência.

No Brasil, a moeda corrente vem sofrendo variações significativas em seu poder aquisitivo, revelando-se, portanto, inadequada como padrão de mensuração, a não ser no exato momento de cada transação.

Daí por que, para que as demonstrações contábeis possam atender a sua verdadeira finalidade, qual seja, a de suprir os seus usuários com informações que reflitam uma situação patrimonial o mais próximo possível da realidade, é necessário que essas demonstrações sejam expressas em termos de moeda nacional de poder aquisitivo da data do último Balanço Patrimonial.

A sistemática de correção monetária do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, introduzida pelo artigo 185, da Lei nº 6.404/76 (Lei das sociedades Anônimas), supre, apenas parcialmente, a necessidade de as demonstrações contábeis serem expressas por um único denominador comum monetário ou, em outras palavras, por uma moeda da mesma capacidade aquisitiva. O que esse procedimento visa, em última instância, é ajustar o lucro líquido do período aos efeitos da inflação.

Objetivando o pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através da instrução CVM nº 64, de 19.05.87, tornou obrigatória para as companhias abertas a elaboração e publicação das demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo da data do último balanço patrimonial, paralela e completamente às demonstrações exigidas pela legislação societária. Os bancos comerciais em sendo, ao mesmo tempo, instituições financeiras e companhias abertas, estão obrigados, por essa instrução, a elaborar e publicar esses demonstrativos complementares.

Não é objetivo deste trabalho fazer análise exaustiva das demonstrações complementares instituídas pela CVM. Mas, como a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em moeda constante, é uma delas e tendo em vista que, para o seu perfeito entendimento, é necessário

o conhecimento dos procedimentos para elaboração das demais, apresenta-se um exemplo que ajudará a elucidar a sistemática instituída pela CVM. A formulação do exemplo começa no ANEXO 6.6 e vai até o ANEXO 6.10, onde é concluído com a elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em moeda constante.

Um dos requisitos fundamentais para elaborar as demonstrações complementares instituídas pela Instrução CVM nº 64 é a fiel observância do regime de competência a nível mensal, conforme determina o artigo 6º daquele normativo, segundo o qual as receitas e despesas deverão ser reconhecidas e associadas a cada mês, de acordo com os fatos geradores e independentemente de sua realização financeira.

As companhias abertas que ainda não adotam o regime de competência mensal, terão maiores dificuldades para elaborar as demonstrações complementares, devendo, inclusive, necessitar de algum tempo para uma perfeita adaptação a esse regime. Já as instituições financeiras levam vantagem, uma vez que estão obrigadas pelo Banco Central do Brasil, desde janeiro de 1984, a fazerem a apropriação mensal de todas as rendas, ganhos, lucros, despesas, perdas e prejuízos, independentemente de sua realização financeira.

As demonstrações complementares terão como padrão monetário a OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), mas serão publicadas com seus valores expressos na moeda nacional pela paridade entre a OTN e o cruzado na data do balanço patrimonial.

O lucro apurado de acordo com a legislação societária poderá ser diferente daquele apresentado nas demonstrações complementares. Isso porque a legislação societária só considera como itens não-monetários e, portanto, sujeitos a correção monetária, os componentes do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido. Sob esse aspecto, a Instrução CVM nº 64 é conceitualmente mais perfeita, uma vez que, além daqueles itens, considera, também, como itens não-monetários os resultados de exercícios futuros, bem como os estoques, as despesas antecipadas, os direitos e obrigações a serem saldados em bens e serviços e os demais elementos não-realizáveis ou exigíveis em moeda. Daí por que atribuir-se à sistemática instituída pela CVM a denominação de Correção Monetária Integral das Demonstrações Financeiras, onde até as receitas e despesas figuram em moeda do final do período.

Outro motivo que gerará diferença entre o lucro apurado pela legislação e o calculado de acordo com a Instrução CVM nº 64, decorre da aplicação do artigo 3º desse normativo, mediante o qual os itens monetários prefixados a serem realizados em moeda após 90 dias da data do balanço, serão trazidos a valor presente, para essa data, pela taxa de desconto representada pela média aritmética das variações da OTN nos três últimos meses do exercício social sendo encerrado.

As diferenças que venham a se apresentar entre o resultado apurado na forma da legislação societária e o obtido de acordo com a instrução da CVM, deverão ser conciliadas e evidenciadas em notas explicativas das demonstrações complementares.

No exemplo formulado nos ANEXOS 6.6, 6.7, 6.8, 6.9 e 6.10, são considerados como itens não-monetários apenas aqueles do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, com o objetivo de tornar mais simples esta explanação. Além disso, nenhum item monetário foi trazido a valor presente. Dessa forma, no exemplo, o lucro líquido e o balanço patrimonial apurados pela legislação são exatamente iguais aos resultantes da aplicação da Instrução CVM nº 64.

Também, por uma questão de simplificação, supôs-se no exemplo que, apenas, os itens Circulantes geraram as receitas e despesas de período (primeiro semestre/X1).

Para melhor esclarecimento, são registrados os seguintes dados que complementam e elucidam as informações constantes do ANEXO 6.6, necessárias ao desenvolvimento do exemplo:

- a) compra de uma máquina (Ativo Permanente), em ABRIL/X1, por Cz\$ 450 equivalentes a 30 OTNs;
- b) não houve depreciação no primeiro semestre/X1;
- c) aumento de capital, em dinheiro, em janeiro/X1: Cz\$ 1.100, equivalentes a 100 OTNs;
- d) dividendos propostos com base no resultado do primeiro semestre/X1: Cz\$ 500, equivalentes a 25 OTNs;

- e) aumento do realizável a longo prazo em abril/X1: Cz\$ 3.000, equivalentes a 200 OTNs;
- f) aumento do exigível a longo prazo em janeiro/X1: Cz\$ 1.100, equivalentes a 100 OTNs;
- g) as receitas e despesas foram apropriadas em regime de competência mensal e tiveram como contrapartidas contas do Circulante;
- h) para maior simplicidade, supôs-se, também, que não houve outro tipo de receita ou despesa, inclusive imposto de renda.

O ANEXO 6.7 mostra a conversão das receitas e despesas financeiras pelas respectivas OTNs de cada mês. Das quantidades de OTNs correspondentes às receitas e despesas de cada mês deduziram-se, respectivamente, os efeitos da inflação sobre os itens do Ativo Circulante e do Passivo Circulante que deram origem àqueles resultados. Esses efeitos da inflação foram obtidos, respectivamente, pela divisão do saldo do mês anterior em cruzados, do Ativo Circulante e Passivo Circulante, pela OTN do mês anterior e do mês atual, sendo representados pela diferença entre as quantidades de OTN encontradas. Dessa forma, o ANEXO 6.7 apresenta as receitas e despesas financeiras reais, isto é, os valores que excederam aos efeitos da inflação sobre os itens que lhes deram origem.

No ANEXO 6.8, constam os cálculos para apuração dos efeitos da inflação sobre o Exigível a Longo Prazo e o Realizável a Longo Prazo, pela divisão do saldo do mês anterior em cruzados pela OTN do mês anterior e do mês atual, sendo representados pela diferença entre as quantidades de OTNs encontradas. No exemplo, supôs-se que os itens de longo prazo não geraram nem receitas nem despesas, por isso é que os efeitos da inflação sobre esses itens não foram deduzidos das receitas e despesas financeiras.

Os ANEXOS 6.6, 6.7 e 6.8, além de servirem de base para elaborar os ANEXOS 6.9 e 6.10, permitem a demonstração de que o resultado da correção monetária, calculado por diferença entre as correções do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido, de acordo com a Lei nº 6.404/76, representa, na realidade, a diferença líquida entre as perdas nos ativos monetários e os ganhos nos passivos monetários decorrentes dos efeitos da inflação, ajustada pelo valor da correção monetária não efetuada das

receitas e despesas do período*. Vejamos, então, como efetuar essa demonstração:

CORREÇÃO MONETÁRIA DO PRIMEIRO SEMESTRE/X1:

Cz\$ 1.850, calculada de acordo com a Lei nº 6.404/76

Anexo VI — Demonstração do Resultado.

. Perdas no Ativo Circulante e Ganhos no Passivo Circulante (ANEXO 6.7):

	<u>PERDAS EM OTNs</u>	<u>GANHOS EM OTNs</u>
JANEIRO	20,0000	14,5455
FEVEREIRO	36,6667	12,1212
MARÇO	34,1026	10,2564
ABRIL	59,8974	16,4103
MAIO	23,4510	12,5490
JUNHO	<u>32,3823</u>	<u>14,1176</u>
TOTAIS	<u>206,5000</u>	<u>80,0000</u>
<u>EM CRUZADOS (*)</u> :	Cz\$ <u>4.130</u>	Cz\$ <u>1.600</u>

. Ganhos no Exigível a Longo Prazo e Perdas no Realizável a Longo Prazo (ANEXO 6.8):

	<u>PERDAS EM OTNs</u>	<u>GANHOS EM OTNs</u>
TOTAIS DO SEMESTRE	<u>125,0000</u>	<u>95,00</u>
<u>EM CRUZADOS**</u> :	Cz\$ <u>2.500</u>	Cz\$ <u>1.900</u>

. Correção Monetária das Receitas e Despesas, com base no valor de Cz\$ 20 para a OTN de junho/X1:

* A Lei nº 6.404/76 ao não determinar a correção monetária das receitas e despesas, está conferindo à sistemática uma maior simplicidade, uma vez que o efeito dessa correção não afetaria o lucro do período. Isso porque os acréscimos decorrentes da correção monetária, nas contas de receitas e despesas, teriam como contrapartida uma conta também de resultado, no caso, a rubrica "Resultado de Correção Monetária".

** Valor obtido pela multiplicação da quantidade de OTNs por Cz\$ 20, que é o valor da OTN em junho/X1 (valores da OTN no ANEXO 6.6).

	<u>RECEITAS EM OTN</u>	<u>DESPESAS EM OTN</u>
	<u>(Anexo 6.7)</u>	<u>(Anexo 6.7)</u>
JANEIRO	50	10
FEVEREIRO	50	10
MARÇO	50	10
ABRIL	50	10
MAIO	50	10
JUNHO	<u>50</u>	<u>10</u>
TOTAIS	<u>300</u>	<u>60</u>

Valor corrigido das receitas: 300 x 20	= Cz\$ 6.000
Valor nominal das receitas (Anexo 6.6)	= Cz\$ 4.400
<u>Valor da correção monetária das receitas</u>	= Cz\$ 1.600
Valor corrigido das despesas: 60 x 20	= Cz\$ 1.200
Valor nominal das despesas (Anexo 6.6)	= Cz\$ 880
<u>Valor da correção monetária das despesas</u>	= Cz\$ 320

. Demonstrativo do Resultado da Correção Monetária

	<u>EM CZ\$</u>
Perdas no Ativo Circulante	(4.130)
Ganhos no Passivo Circulante	1.600
Perdas no Realizável a Longo Prazo	(2.500)
Ganhos no Exigível a Longo Prazo	<u>1.900</u>
 Perda Líquida	 (3.130)
Ajuste pela não-correção monetária das:	
. receitas	1.600
. despesas	<u>(320)</u>
 RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA	 <u>(1.850)</u>

No ANEXO 6.9, constam a Demonstração do Resultado e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, relativas ao primeiro semestre/X1, onde os componentes de cada uma figuram em três colunas: "OTNs", "Pela Correção Integral Cz\$ de Junho" (Instrução CVM nº 64) e "Pela Legislação Cz\$" (Lei nº 6.404/76). A coluna "Pela Correção

Integral Cz\$ de Junho” foi obtida pela multiplicação das quantidades constantes da coluna “OTNs” por Cz\$ 20, que é o valor da OTN em Junho/X1.

As colunas “OTNs” e “Pela Legislação Cz\$” da Demonstração de Resultado foram obtidas diretamente dos ANEXOS 6.6, 6.7 e 6.8.

Quanto à coluna “Pela Legislação Cz\$” da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, corresponde à movimentação do Patrimônio Líquido que pode ser obtida do ANEXO 6.6 e das informações complementares já prestadas. Para a coluna “OTNs” desse demonstrativo, consta no próprio ANEXO 6.9 a maneira de se obterem as quantidades de OTN.

Ao se compararem as duas colunas “Pela Correção Integral Cz\$ de Junho” e “Pela Legislação Cz\$” de ambas as demonstrações, destacam-se os seguintes pontos:

- a) os lucros líquidos são iguais;
- b) o item “Despesas Financeiras” da Demonstração de Resultado, na coluna “Pela Correção Integral Cz\$ de Junho”, na realidade, é um ganho líquido decorrente da manutenção do Passivo Circulante.*
- c) à exceção do lucro líquido, do total do Patrimônio Líquido e dos dividendos, todos os demais valores são diferentes nas duas colunas.
- d) o item “Correção Monetária” desaparece na correção integral.

Finalmente, no ANEXO 6.10, consta a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, também, em três colunas: “OTNs”, “Pela Correção Integral Cz\$ de Junho” e “Pela Legislação Cz\$”, onde a coluna do meio representa a Demonstração em moeda constante. Foi elaborada com base nos ANEXOS 6.6, 6.7, 6.8 e 6.9 e nas informações comple-

* Entendemos que o Banco Central do Brasil deverá regulamentar a padronização da elaboração e publicação das demonstrações complementares para as instituições financeiras, evitando, inclusive, que um ganho seja apresentado sob a denominação de despesa e vice-versa, como ocorreu no exemplo formulado neste trabalho.

mentares que foram prestadas, constando ainda em seu rodapé esclarecimentos adicionais.

A metodologia para elaborar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela correção integral, ou seja, em moeda constante, é semelhante à adotada pela legislação. A diferença é que os valores dos novos investimentos, imobilizações, vendas de bens, aumento de capital, bem como os demais itens desse demonstrativo, inclusive o lucro líquido e seus ajustes, são quantificados em OTNs e convertidos para moeda do final do período.

Assim sendo, o método prático para elaboração dessa demonstração, exposto neste trabalho, é válido também na sistemática de correção integral, acrescentando-se àquele método a quantificação dos valores em OTNs.

Também as demonstrações complementares instituídas pela CVM, apesar de sua elaboração e publicação serem obrigatórias apenas no encerramento do exercício social, deverão ser feitas ao final de cada mês, a fim de que as eventuais diferenças em relação às demonstrações exigidas pela legislação, possam ser detetadas e conciliadas ou, se for o caso, regularizadas, em tempo hábil.

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, pela legislação, compara o capital circulante líquido do início e final do período a valores absolutamente históricos, desprezando o efeito da inflação. Daí por que a variação do capital circulante líquido apurada dessa forma (ANEXO 6.10) é totalmente diferente da obtida de acordo com a Instrução CVM nº 64. A variação apurada pela legislação é bem maior, porque grande parte de seu valor é fruto apenas de inflação e não de aumento real do capital circulante líquido.

Merecem, ainda, destaque, os seguintes pontos na Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, pela correção integral (ANEXO 6.10):

- a) o lucro líquido é igual ao apurado pela legislação;
- b) o item correção monetária desaparece;
- c) figuram, destacadamente, os ganhos no Exigível a Longo Prazo e as perdas no Realizável a Longo Prazo (notas "a" e "b" no rodapé do ANEXO 6.10).

5. COMENTÁRIOS FINAIS

A estrutura conceitual da Contabilidade necessita de constantes aperfeiçoamentos à medida que o tempo evolui, a fim de que o objetivo principal dessa disciplina, que é fornecer informações úteis e confiáveis que permitam uma adequada avaliação da situação econômica e financeira de uma entidade, possa ser plenamente atingido.

As demonstrações contábeis elaboradas e publicadas de acordo com o modelo contábil delineado pela Lei nº 6.404/76, numa conjuntura econômica altamente inflacionária como é a do Brasil, não refletem de forma completa e adequada o desempenho das empresas. Muitos desvios e análises inadequadas podem surgir do não-reconhecimento integral da inflação nos demonstrativos das empresas.

Dessa forma, a sistemática de correção integral instituída pela Instrução CVM nº 64, de 19.05.87, que é obrigatória para as companhias abertas, cujo exercício social se encerrará a partir de 1º de dezembro de 1987, ao aumentar a transparência, melhorar consideravelmente a comparabilidade e tornar mais fácil a leitura das demonstrações contábeis, pode ser considerada como um grande avanço para a contabilidade que se pratica no Brasil ou, até mesmo, uma revolução contábil.

Dentro dessa linha de aperfeiçoamento das demonstrações contábeis, está em estudo um novo modelo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para as instituições financeiras. Do estudo, participam o Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Contadores — IBRACON e Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

De acordo com o projeto do novo modelo para a confecção da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, serão evidenciadas as alterações patrimoniais que implicarem modificações na posição das Disponibilidades. Portanto, será demonstrado o Aumento/Redução das Disponibilidades, através das alterações verificadas nos itens Circulantes e Não-circulantes.

Conforme consta no início deste trabalho, o modelo atual dessa demonstração objetiva mostrar as alterações na posição financeira num sentido mais abrangente, compreendendo não só o fluxo das disponibilidades, mas, também, as mutações do ativo e passivo circulantes que impliquem

modificações no Capital Circulante Líquido, através da evidenciação da dinâmica dos itens Não-Circulantes.

Os argumentos contrários à apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, na forma tradicional, com evidenciação das alterações patrimoniais que afetam o Capital Circulante Líquido, baseiam-se em que aquele modelo não reflete com propriedade as perspectivas de liquidez, a capacidade de captação e o respectivo fluxo de recursos da instituição financeira. Isso porque o aparente descompasso entre os prazos de captação e os prazos de aplicação não representa, necessariamente, a possibilidade de surgir uma situação de falta de liquidez, uma vez que as instituições financeiras dispõem de diversos instrumentos institucionais de liquidez, tais como: o "open", a cessão de créditos, os depósitos interfinanceiros e os empréstimos de liquidez no Banco Central.

Os formuladores do projeto de um novo modelo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, tiveram o cuidado de preservar a estrutura determinada pelo artigo 188 da Lei nº 6.404/76. Enriqueceram-na, apenas, com mais informações, como pode ser observado no ANEXO 6.11, onde consta o protótipo do novo modelo desenvolvido pelo Banco Central, com a participação do IBRACON e da CVM. Além disso, para definição do que é Circulante e Longo Prazo, será levado em conta o prazo de três meses.

Pelo que se percebe do referido projeto, a metodologia de elaboração da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, exposta no presente trabalho, é perfeitamente aplicável e condizente com o novo modelo.

Sem dúvida alguma, o novo modelo é muito mais rico em informações, uma vez que inclui todas as contas movimentadas pela instituição financeira e, certamente, sua implantação se constituirá mais um avanço considerável na estrutura conceitual e na prática da disciplina contábil no Brasil.

